

## Relatório da Administração – 2018

Prezados Senhores, atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e ao disposto na Legislação Societária e de Cooperativas, submetemos à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Unimed Blumenau referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, incluindo os pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal.

Repleto de desafios e com mudanças relevantes dentro e fora de nossa Cooperativa, o ano de 2018 foi, sem dúvida, de grande importância para nós. Com muito trabalho, dedicação e orgulho de pertencer a essa que é – e nos dedicaremos para que sempre continue sendo – a cooperativa de trabalho médico líder no mercado de assistência à saúde no Vale do Itajaí, encerramos o ano de 2018 com a sensação de que estamos apenas no começo de uma nova jornada.

Encerramos o exercício de 2018, com 104 mil beneficiários, o que representa uma retração de menos de 1% em relação ao ano anterior. Retração esta que foi pautada pelo próprio movimento nacional do mercado, ainda sentida no meio empresarial, e também em ações mercadológicas que visaram a busca pelo equilíbrio da sinistralidade. Nossos beneficiários contam com uma ampla rede de atendimento com 967 cooperados, hospital próprio, pronto atendimento 24h, centro de diagnóstico por imagem, laboratório, centro de promoção e atenção à saúde, 2 agências de saúde, SOS, serviço de atenção domiciliar, 68 serviços credenciados (hospitais, clínicas e laboratórios), além de participar da rede de atendimento do Sistema Unimed Nacional.

Durante 2018 agimos de forma estratégica na busca pelo equilíbrio econômico da Cooperativa, no relacionamento com o cooperado e no combate às perdas. Nesta atuação de forma estratégica concentrarmos esforços em: a) melhorar os processos internos para reduzir custos e despesas administrativas através de mecanismos de qualidade, b) alcançar o equilíbrio nos contratos com os clientes, c) reduzir de forma constante e responsável o custo assistencial; d) adequar a estrutura dos serviços próprios, e) fortalecer a relação entre Cooperativa e Cooperado.

Todas as ações geraram resultados, e estes serão apresentados a seguir.

### Destaques de 2018

- Resultado do exercício antes das participações no resultado e juros sobre o capital integralizado de R\$ 26,2 milhões;
- Geração positiva de caixa, que está representada pelo aumento das aplicações financeiras e equivalentes de caixa no montante de R\$ 33,2 milhões;
- Controle da sinistralidade, que encerrou 2018 em 83,63% (2017 – 83,85%);
- Cobertura de 126,9% da margem de solvência em relação ao patrimônio líquido.

## Nova composição do Conselho de Administração

Após resultado das eleições da Assembleia Geral Ordinária de 20 de março de 2018, uma nova composição do Conselho de Administração assumiu a Unimed Blumenau. Uma nova perspectiva e análises de mercado, investimentos em projetos de qualidade, bem como uma ampla reforma no quadro interno da cooperativa, trouxeram expressivo resultado positivo para a Cooperativa neste exercício.

## Destinação dos resultados

Em 2018 a Unimed Blumenau alcançou seu maior resultado em 47 anos de existência. Remuneramos o capital dos cooperado na forma de Juros Sobre o Capital Integralizado aplicando 12% sobre o saldo médio das cotas, o que representou R\$ 5,3 milhões. Após remuneração destas cotas de cooperados, o resultado apresentado foi de R\$ 18,0 milhões que adicionado às reversões do FATES no montante de R\$ 3,4 milhões será destinado ao Fundo de Reserva em R\$ 1 milhão e ao FATES em R\$ 11,9 milhões. O montante remanescente de R\$ 8,5 milhões terá sua destinação deliberada na Assembleia Geral Ordinária de 18 de março de 2019.

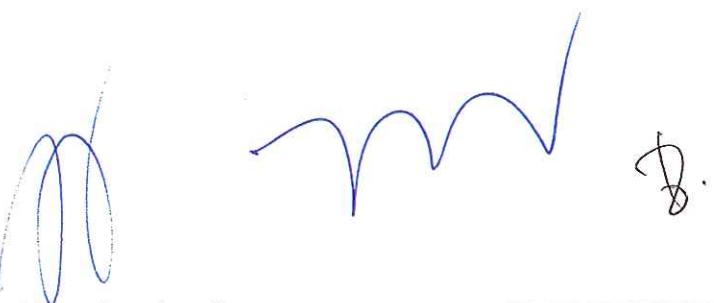
## Investimentos realizados

Durante 2018 investimos cerca de R\$ 650 mil na atualização do parque tecnológico, R\$ 350 mil na substituição parcial da frota de veículos, e outros pequenos gastos na reforma de áreas comuns da cooperativa. No período, investimos R\$ 820 mil em uma nova Unidade de saúde – Personal, a qual, após ampla análise econômico-financeira mostrou-se inviável, sendo rescindindo o contrato de locação.

Possuímos 2 programas de promoção e prevenção à saúde aprovados juntos à ANS, sendo o Programa de Rastreamento Mamográfico e o Programa do Idoso Fragilizado. Os investimentos nestes programas, totalizaram em 2018 o montante de R\$ 506 mil.

## Capacidade financeira

A cooperativa encerrou 2018 com R\$ 83,7 milhões em aplicações financeiras. Deste montante, R\$ 36,3 está alocado em aplicações exclusivas garantidoras de provisões técnicas junto à ANS. Declaramos que possuímos a intenção de manter, até o vencimento, todos os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento.



## Perspectivas para 2019

Um novo ano já começou, e guiados por nosso planejamento estratégico iremos concluir nossas propostas de ações já iniciadas em 2018. Esperamos que a economia brasileira continue sua retomada, que os assuntos políticos nacionais não interfiram neste caminho e que as reformas tão almejadas sejam aprovadas.

Nosso foco será continuar garantindo a estabilidade econômico-financeira da cooperativa, competindo de forma sustentável com a concorrência que se inicia.

Acreditamos que a força da marca, a qualidade da medicina que praticamos e a capacidade de superação de nossas equipes podem nos levar, cada vez mais, à realização de nosso propósito.

Unimed Blumenau – A melhor operadora de planos de saúde do Vale do Itajaí e uma das melhores do Brasil.



**UNIMED BLUMENAU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
CNPJ - 82.624.776/0001-47 REGISTRO ANS 33456-1

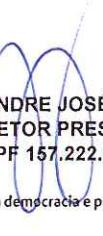
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

ATIVO		2018	2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>119.811.565,83</b>	<b>94.411.021,39</b>
Disponível	Nota 4	4.323.834,86	1.150.729,96
Realizável		115.487.730,97	93.260.291,43
Aplicações financeiras		83.709.448,55	53.698.085,35
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	Nota 5.a)	36.302.352,09	34.402.909,58
Aplicações livres	Nota 5.b)	47.407.096,46	19.295.175,77
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		16.925.949,06	10.985.635,04
Contraprestação pecuniária a receber	Nota 6	3.724.429,53	3.820.694,17
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	Nota 6	5.560.013,07	-
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	Nota 6	7.641.506,46	7.164.940,87
Créditos de oper. assist. à saúde não relac. c/ planos de saúde da operadora	Nota 7	3.572.656,16	10.865.865,95
Créditos tributários e previdênciários	Nota 8	2.882.868,20	6.013.066,51
Bens e títulos a receber	Nota 9	8.360.467,77	11.608.707,85
Despesas antecipadas		36.341,23	88.930,73
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>77.528.040,83</b>	<b>72.664.077,89</b>
Realizável a Longo Prazo		29.416.346,28	24.132.758,57
Créditos tributários e previdênciários	Nota 8.a)	3.096.301,76	-
Depósitos judiciais e fiscais		3.602.752,64	802.351,88
Outros créditos a receber a longo prazo		8.939,85	351.497,99
Conta corrente com cooperados	Nota 10	22.708.352,03	22.978.908,70
<b>Investimentos</b>		<b>12.056.694,09</b>	<b>12.051.929,01</b>
Outros investimentos	Nota 11	12.056.694,09	12.051.929,01
<b>Imobilizado</b>		<b>34.674.548,34</b>	<b>34.701.535,24</b>
Imóveis de uso próprio		7.551.017,23	7.750.808,63
Imóveis - Hospitalares		6.854.382,58	7.014.369,19
Imóveis - Não hospitalares		696.634,65	736.439,44
Imobilizado de uso próprio		9.392.412,33	9.169.549,66
Hospitalares		5.738.231,42	6.308.444,60
Não hospitalares		3.654.180,91	2.861.105,06
Imobilizações em curso	Nota 12.d)	17.323.731,69	17.247.155,46
Outras imobilizações		407.387,09	534.021,49
<b>Intangível</b>	Nota 13	<b>1.380.452,12</b>	<b>1.777.855,07</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>197.339.606,66</b>	<b>167.075.099,28</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

  
**BALTAZAR LUIS CANELLO**  
CPF 596.236.400-72  
Atuário - MIBA 1277

  
**VITOR EDUARDO HELLMANN**  
CONTADOR  
CRC/SC 033.863/O-6

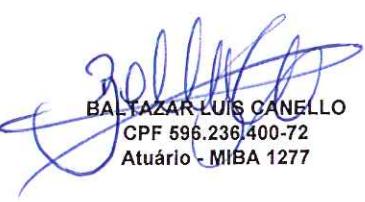
  
**ALEXANDRE JOSÉ FERREIRA**  
DIRETOR PRESIDENTE  
CPF 157.222.109-78

**UNIMED BLUMENAU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
CNPJ - 82.624.776/0001-47 REGISTRO ANS 33456-1

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

PASSIVO	2018	2017
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>67.251.924,10</b>	<b>66.100.379,89</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	37.784.642,43	32.587.807,36
Provisão de eventos a liquidar para SUS	Nota 14.d) 2.496.516,71	2.220.486,63
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serv. Assist.	Nota 14.d) 19.070.384,72	11.928.382,73
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	Nota 14.c) 16.217.741,00	18.438.938,00
Débitos de operações de assistência a saúde	2.000.232,30	413.961,82
Contraprestações a restituir	38.383,28	18.031,50
Receita antecipada de contraprestações	417.147,94	395.930,32
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	1.544.701,08	-
Débitos com oper. assist. à saúde não relac. c/ planos de saúde da operadora	Nota 15 5.227.516,80	12.941.642,89
Tributos e encargos sociais a recolher	Nota 16 6.749.439,85	6.279.359,85
Empréstimos e financiamentos a pagar	Nota 17 3.110.835,43	3.778.416,85
Débitos diversos	Nota 18 12.379.257,29	10.099.191,12
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>38.900.533,45</b>	<b>39.181.340,62</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	Nota 14.d) 41.459,80	39.722,26
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	41.459,80	39.722,26
Provisões		
Provisões para ações judiciais	Nota 19 10.500.981,55	7.589.412,96
Tributos e encargos sociais a recolher	23.897.889,28	23.688.599,77
Tributos e encargos sociais a recolher	23.897.889,28	23.688.599,77
Tributos e contribuições relacionados a IN 20 (Cooperativas)	Nota 20 23.897.889,28	23.688.599,77
Empréstimos e financiamentos a pagar	Nota 17 4.330.581,07	7.480.600,82
Débitos diversos	Nota 18 129.621,75	383.004,81
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>91.187.149,11</b>	<b>61.793.378,77</b>
Capital Social	Nota 21.a) 52.130.455,93	41.018.119,49
Reservas	30.497.584,09	15.331.976,98
Reservas de Sobras	Nota 21.b) 30.497.584,09	15.331.976,98
Sobras acumuladas	8.559.109,09	5.443.282,30
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>197.339.606,66</b>	<b>167.075.099,28</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

  
**BALTASAR LUIS CANELLO**  
 CPF 596.236.400-72  
 Atuário - MIBA 1277

  
**VITOR EDUARDO HELLMANN**  
 CONTADOR  
 CRC/SC 033.863/O-6

  
**ALEXANDRE JOSÉ FERREIRA**  
 DIRETOR PRESIDENTE  
 CPF 157.222.109-78

**UNIMED BLUMENAU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
**CNPJ - 82.624.776/0001-47**      **REGISTRO ANS 33456-1**

Demonstração do Resultado dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	2018	2017
<b>Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde</b>		
<b>Receitas com operações de assistência à saúde</b>		
Contraprestações líquidas	435.041.001,58	347.864.980,14
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	440.385.042,76	353.148.042,14
Eventos indenizáveis líquidos	440.385.042,76	353.148.042,14
Eventos conhecidos ou avisados	(5.344.041,18)	(5.283.062,00)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(378.223.851,24)	(296.123.575,22)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	2.221.197,00	(1.268.513,00)
Outras receitas operacionais de planos de assistência a saúde	<b>56.817.150,34</b>	<b>51.741.404,92</b>
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	29.140.468,89	238,98
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	9.275.558,84	36.771.782,75
Receitas com administração de intercâmbio eventual	18.668.173,75	15.455.955,02
Outras receitas operacionais	1.196.736,30	18.929.547,45
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(1.698.874,45)	(2.386.280,28)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(4.617.907,28)	(1.799.702,53)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(5.837.872,84)	(9.694.436,14)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(505.586,18)	(529.314,82)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde	1.871.055,15	341.781,42
Provisão para perdas sobre créditos	(145.503,41)	(1.114.396,03)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. c/ planos de saúde da operadora	(14.259.627,31)	(24.557.167,15)
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>65.381.210,19</b>	<b>51.160.191,40</b>
Despesas de comercialização	(667.205,73)	(584.348,54)
Despesas administrativas	Nota 23 (37.034.815,75)	Nota 23 (36.470.840,21)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(1.712.260,59)</b>	<b>(2.491.886,82)</b>
Receitas financeiras	Nota 24 6.085.568,11	Nota 24 5.244.687,89
Despesas financeiras	(7.797.828,70)	(7.736.574,71)
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>(665.671,52)</b>	<b>245.938,89</b>
Receitas patrimoniais	257.460,99	479.898,63
Despesas patrimoniais	(923.132,51)	(233.959,74)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>25.301.256,60</b>	<b>11.859.054,72</b>
Imposto de Renda	Nota 22.b) (2.696.050,46)	Nota 22.b) (1.654.648,68)
Contribuição Social	Nota 22.a) (1.179.092,37)	Nota 22.a) (604.313,53)
Participações sobre o lucro	(3.351.428,22)	(781.831,66)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>18.074.685,55</b>	<b>8.818.260,85</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

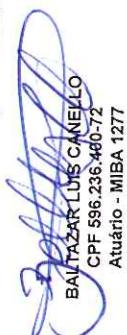
BALTAZAR LUIS CANELLO  
 CPF 596.236.400-72  
 Atuário - MIBA 1277

VITOR EDUARDO HELLMANN  
 CONTADOR  
 CRC/SC 033.863/O-6

ALEXANDRE JOSÉ FERREIRA  
 DIRETOR PRESIDENTE  
 CPF 157.222.109-78

	2018	2017	
	Atos cooperativos principais	Atos não cooperativos auxiliares	Total dos atos
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde			
Receitas com operações de assistência à saúde	251.843.631,59	163.739.175,90	435.041.001,58
Contraprestações líquidas	254.937.277,32	165.750.547,00	440.385.042,76
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	254.937.277,32	165.750.547,00	440.385.042,76
(3.093.645,73)	(2.011.371,10)	(239.024,35)	(5.344.041,18)
Eventos indenizáveis líquidos	(222.309.414,93)	(133.079.890,26)	(378.223.851,24)
Eventos conhecidos ou avisados	(223.621.553,67)	(133.882.662,46)	(380.445.068,24)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	1.312.138,74	802.772,20	2.221.197,00
28.534.216,66	24.659.285,64	2.623.648,04	56.817.150,34
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE			
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde			
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	23.327.987,63	5.397.457,78	41.503.235,48
9.275.556,84			29.140.468,89
13.359.642,56	4.947.034,45		9.275.558,84
692.786,23	450.423,33		18.929.547,45
(983.472,15)	(639.416,29)		1.196.736,30
(2.295.735,64)	(2.187.577,20)		(1.698.874,45)
(2.965.259,20)	(2.646.743,47)		(1.799.702,53)
(292.681,98)	(190.290,72)		(10.996.365,57)
1.083.146,93	704.221,04		(22.613,49)
(84.231,39)	(54.784,05)		(505.860,17)
(11.997.998,75)	(2.089.940,79)		(505.586,18)
37.621.697,75	25.139.809,14		(5.837.872,84)
(386.242,94)	(251.120,51)		(29.842,29)
(21.439.318,27)	(13.939.031,47)		(667.205,73)
(991.221,34)	(644.454,52)		(37.034.815,75)
3.522.912,94	2.290.464,36		(1.712.260,59)
(4.514.134,28)	(2.934.918,87)		(7.797.828,70)
-	-		(665.671,52)
14.804.915,20	10.305.202,65		257.450,99
(1.560.733,67)	(1.014.729,83)		6.085.568,11
(682.572,22)	(443.782,57)		(5.244.687,89)
(1.940.129,44)	(1.261.398,56)		(7.736.574,71)
10.621.479,87	7.585.291,69		245.938,89
RESULTADO BRUTO			
Despesas de comercialização			
Despesas administrativas			
Resultado financeiro líquido			
Despesas financeiras			
Resultado patrimonial			
Despesas patrimoniais			
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES			
Imposto de Renda			
Contribuição Social			
Participações sobre o lucro			
RESULTADO LÍQUIDO			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

  
BALTAZAR LUIS CANEIRO  
CPF 596.236.440-72  
Atuário - MIBA 1277

  
ALEXANDRE JOSÉ FERREIRA  
DIRETOR PRESIDENTE  
CPF 157.222.109-78

  
VITOR EDUARDO HELLMANN  
CONTADOR  
CRC/SC 003863/O-6

	2018	2017
	Atos cooperativos	Atos não cooperativos
	Ingressos/dispensados	receituários
	principais	despesas
Contraprestações efétivas de planos de assistência à saúde		
Receitas com operações de assistência à saúde	251.843.631,59	163.739.175,90
Contraprestações líquidas	254.937.277,32	165.750.547,00
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(3.093.645,73)	(2.011.371,10)
Eventos Indenizáveis líquidos	(222.309.414,93)	(139.079.890,26)
Eventos conhecidos ou avisados	(23.621.553,67)	(139.882.662,46)
Variação do Eventos Ocorridos e Não Avisados.	1.312.138,74	802.772,20
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	<b>29.534.216,66</b>	<b>24.559.285,64</b>
Otras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		
Receitas com assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	23.327.987,63	5.397.457,78
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	9.275.558,84	4.947.034,45
Outras receitas de intercâmbio eventual	13.359.642,56	450.423,33
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	692.786,23	(639.147,15)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	(983.472,15)	(2.187.577,20)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(2.259.035,64)	(2.187.577,20)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(2.963.268,20)	(2.646.743,47)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde	(292.681,98)	(190.290,72)
Provisão para perdas sobre créditos	1.083.146,93	704.221,04
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	(64.231,39)	(54.764,03)
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>(11.987.998,75)</b>	<b>(2.069.940,79)</b>
Despesas de comercialização	37.621.697,75	25.139.899,14
Despesas administrativas	(386.242,94)	(291.120,51)
Despesas administrativas	(21.439.318,27)	(13.939.031,47)
Resultado financeiro líquido	(991.221,34)	(644.454,52)
Receitas financeiras	3.522.912,94	2.230.464,36
Despesas financeiras	(4.514.134,28)	(2.934.918,87)
Resultado patrimonial		
Receitas patrimoniais	-	(665.671,52)
Despesas patrimoniais	-	(665.671,52)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>14.804.915,20</b>	<b>10.305.202,65</b>
Imposto de Renda	(1.560.733,67)	(1.014.729,83)
Contribuição Social	(682.572,22)	(443.732,57)
Participações sobre o lucro	(1.940.129,44)	(1.261.398,56)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>-10.621.479,87</b>	<b>7.585.291,69</b>
<b>(+/-) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		
Realização do Ateste de Avaliação Patrimonial		
Reversão do FATES	1.959.081,29	1.273.720,34
Receita Aplicações Financeiras	(2.511.021,06)	2.511.021,06
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>10.065.540,10</b>	<b>11.370.033,09</b>
Destinação para o Fundo de Reserva	(1.006.954,01)	(1.137.033,09)
Destinação para FATES	(503.477,01)	(19.278,49)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>8.559.109,09</b>	<b>8.559.109,09</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

VITOR EDIÚARDO HELLMANN  
 CONTADOR  
 CRC/SC 033863/O-6

ALEXANDRE JOSÉ FERREIRA  
 DIRETOR PRESIDENTE  
 CPF 157.222.109-78

UNIMED BLUMENAU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO  
 CNPJ - 82.624.776/0001-47

REGISTRO ANS 33456-1

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Descrição das mutações	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS / PERDAS DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
		FUNDO DE RESERVA	FATES		
Saldo final em 31/12/2016	29.727.717,19	2.343.533,80	369.772,71	8.963.890,90	-
Aumento/Redução do Capital Social					41.404.864,50
Interalizações de Capital	2.610.647,96				2.610.647,96
Capitalização permanente	6.799.195,32				6.799.195,32
Remuneração de Juros sobre o Capital Integralizado	3.365.302,94				3.365.302,94
Descooperaivação	(1.470.474,80)				(1.470.474,80)
Devoluções de capital	(14.269,12)				(14.269,12)
(+) Outros resultados abrangentes					
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial					
Resultado líquido do exercício					
Destinações estatutárias					
Fundo de Reserva					
FATES (Resultado do ato cooperativo auxiliar e não cooperativo)					
Saldo final em 31/12/2017	41.018.119,49	2.983.919,95	3.014.443,42	8.963.890,90	-
Deliberações da AGO					
Destinação das sobras para Reserva Legal					
Aumento/Redução do Capital Social		5.443.282,30		(5.443.282,30)	-
Interalizações de Capital	3.058.762,64				3.058.762,64
Capitalização permanente	4.232.886,12				4.232.886,12
Remuneração de Juros Sobre o Capital Integralizado - Nota 25.a)	4.469.265,33				4.469.265,33
Descooperaivação	(648.377,85)				(648.377,85)
Constituição/Reversão de Reservas					
Capital não Reclamado					
Utilização/Reversão FATES					
Resultado líquido do exercício					
Destinações estatutárias					
Fundo de Reserva					
FATES (Resultado do ato cooperativo auxiliar e não cooperativo)					
Saldo final em 31/12/2018	52.150.455,93	9.640.904,61	11.892.788,58	8.963.890,90	91.187.149,11

VITOR EDUARDO HELLMANN  
 CONTADOR  
 CRC/SC 033363/0-6

ALEXANDRE JOSÉ FERREIRA  
 DIRETOR PRESIDENTE  
 CPF 157.222.109-78

**UNIMED BLUMENAU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
 CNPJ - 82.624.776/0001-47      REGISTRO ANS 33456-1

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2018  
 Demonstração do Fluxo de Caixa  
 Método Direto

	2018	2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
(+) Recebimento de Planos Saúde	513.413.669,11	395.089.902,91
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	365.877.650,91	202.455.106,58
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	3.482.500,22	2.193.470,02
(+) Outros Recebimentos Operacionais	32.161.731,42	37.522.807,24
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(463.636.452,12)	(362.933.577,77)
(-) Pagamento de Comissões	(667.205,73)	(584.348,54)
(-) Pagamento de Pessoal	(23.873.038,88)	(21.987.876,01)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(3.154.174,45)	(3.013.071,57)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(6.188.938,57)	(6.344.072,20)
(-) Pagamento de Tributos	(8.846.560,94)	(6.546.633,45)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(399.248,33)	(978.948,84)
(-) Pagamento de Aluguel	(114.588,07)	(127.036,40)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(1.694.462,44)	(1.546.836,02)
(-) Aplicações financeiras	(395.889.014,11)	(230.214.250,64)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(6.155.049,35)	(5.842.274,49)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>4.316.818,67</b>	<b>(2.857.639,18)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	183.000,00	-
(+) Recebimento de Dividendos	36.344,07	443.085,72
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	38.116,92	36.812,91
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(966.745,28)	(1.616.251,15)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(2.153.603,04)	(348.116,01)
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	(98.595,44)	(215.210,12)
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(13.840,94)	(6.375,60)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(2.975.323,71)</b>	<b>(1.706.054,25)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
(+) Integralização de Capital em dinheiro	7.291.448,96	9.409.843,28
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	337.735,22	31.068.982,61
(-) Pagamento de Juros – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	-	(289.952,91)
(-) Pagamento de Amortização – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(5.183.567,68)	(34.291.888,31)
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(614.006,56)	(398.390,79)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>1.831.609,94</b>	<b>5.498.593,88</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>3.173.104,90</b>	<b>934.900,45</b>
<b>CAIXA - Saldo Inicial</b>	<b>1.150.729,96</b>	<b>215.829,51</b>
<b>CAIXA - Saldo Final</b>	<b>4.323.834,86</b>	<b>1.150.729,96</b>
<b>Ativos Livres no Início do Período (*)</b>	<b>20.445.905,73</b>	<b>215.829,51</b>
<b>Ativos Livres no Final do Período (*)</b>	<b>51.730.931,32</b>	<b>20.445.905,73</b>
<b>Aumento / (DIMINUIÇÃO) NAS APlicações FINANCEIRAS - RECURSO LIVRES</b>	<b>31.285.025,59</b>	<b>20.230.076,22</b>

(\*) Refere-se ao saldo das contas 'Caixa' e 'Bancos Conta Depósito', mais o montante de aplicações financeiras não vinculadas às provisões técnicas e/ou vinculadas a garantias judiciais, isto é, aplicações sem cláusula restritiva de resgate

**UNIMED BLUMENAU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**

CNPJ - 82.624.776/0001-47

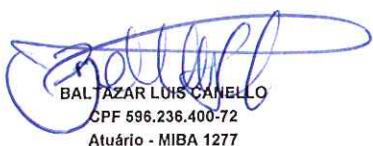
REGISTRO ANS 33456-1

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2018

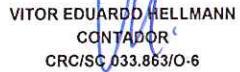
Demonstração do Fluxo de Caixa

DEMONSTRATIVO DA RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O CAIXA LÍQUIDO OBTIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

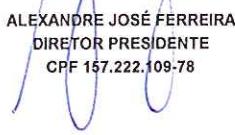
	2018	2017
<b>Resultado Líquido</b>	<b>18.074.685,55</b>	<b>8.818.260,85</b>
Ajuste ao resultado -		
(+) Depreciação	1.262.491,09	2.896.839,66
(+) Amortização	494.703,90	466.302,47
(+) Juros sobre empréstimos	1.028.231,29	1.544.061,51
(+) Despesas Patrimoniais	923.132,51	233.959,74
(+) Juros sobre Capital Próprio	5.273.818,67	4.035.213,73
(-) Resultado Vendas Investimentos/Imobilizado	(183.000,00)	-
(-) Juros sobre Investimentos	(64.580,07)	(24.860,71)
(-) Aumento nos investimentos (sobras e dividendos recebidos)	(74.460,99)	(474.322,03)
<b>Saldo Ajustado</b>	<b>26.735.021,95</b>	<b>17.495.455,22</b>
<b>Ajustes das Variações dos Saldos das Contas de Ativo e Passivo Operacional</b>		
<b>Ativo</b>		
(-) Aumento (+) Redução das Aplicações financeiras	(30.011.363,20)	(27.759.144,06)
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações com Planos	(5.940.314,02)	59.529,02
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações Não Relacionados a Planos	7.293.209,79	446.657,35
(-) Aumento (+) Redução de Créditos Tributários e Previdênciários	3.130.198,31	(446.396,36)
(-) Aumento (+) Redução de Bens e títulos a receber	3.248.240,08	2.196.156,64
(-) Aumento (+) Redução de Despesas Antecipadas	52.589,50	457,09
(-) Aumento (+) Redução de Outras Valores e Bens	(5.283.587,71)	5.685.503,26
<b>Passivo</b>		
(+) Aumento ou (-) Redução das Provisões Técnicas	5.196.835,07	2.409.263,05
(+) Aumento ou (-) Redução dos Débitos de Operações de Assistência a Saúde	1.586.270,48	(2.479,49)
(+) Aumento ou (-) Redução dos Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS	(7.714.126,09)	1.451.190,13
(+) Aumento (-) Redução das Provisões	-	-
(+) Aumento (-) Redução dos Tributos e Contribuições a Recolher	470.080,00	727.942,63
(+) Aumento (-) Redução dos Débitos Diversos	2.280.066,17	187.067,58
(+) Aumento (-) Redução das Provisões Técnicas	1.737,54	39.722,26
(+) Aumento (-) Redução das Contingências com efeito no resultado do exercício	2.911.568,59	1.251.321,32
(+) Aumento (-) Redução dos Parcelamento de Tributos	209.289,51	(5.760.280,66)
(+) Aumento (-) Redução dos Débitos Diversos	(253.383,06)	(242.191,32)
(-) Ajuste Variação Capital a Restituir	(651.820,49)	(1.234.075,61)
(+) IRRF sobre juros capital pago em 2017/2018	791.072,80	605.282,06
(+) Variação Impostos Diferidos sobre Ajuste Avaliação Patrimonial	-	31.380,71
(+) Baixa Capital a Restituir	265.233,45	-
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>4.316.818,67</b>	<b>(2.857.639,18)</b>



BALTAZAR LUIS CANELLO  
CPF 596.236.400-72  
Atuário - MIBA 1277



VITOR EDUARDO HELLMANN  
CONTADOR<sup>1</sup>  
CRC/SC 033.863/0-6



ALEXANDRE JOSÉ FERREIRA  
DIRETOR PRESIDENTE  
CPF 157.222.109-78

**UNIMED BLUMENAU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
 CNPJ - 82.624.776/0001-47  
 REGISTRO ANS 33456-1

Demonstração dos Resultados Abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	2018	2017
	Atos cooperativos ingressos/dispêndios principais	Atos não cooperativos receitas/despesas auxiliares
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>10.621.479,87</b>	<b>7.585.291,69</b>
(+/-) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	1.959.081,29	1.273.720,34
Reversão do FATES	1.959.081,29	1.273.720,34
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>12.580.551,16</b>	<b>8.859.012,03</b>
		19.278,49
		21.458.851,68
		<b>9.098.111,87</b>

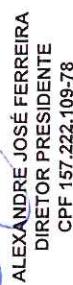
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BALTAZAR LUIS CANELLO  
 CPF 596.236.400-72  
 Atuário - MIBA 1277



VITOR EDUARDO HELLMANN  
 CONTADOR  
 CRC/SC 033863/O-6

ALEXANDRE JOSÉ FERREIRA  
 DIRETOR PRESIDENTE  
 CPF 157.222.109-78

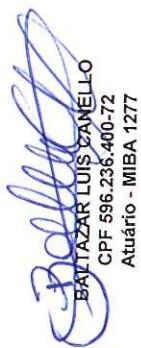
**UNIMED BLUMENAU - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
CNPJ - 82.624.776/0001-47  
REGISTRO ANS 33456-1

Demonstração do Resultado Abrangente

	2018	2017
	<u>Atos cooperativos</u> <u>ingressos/dispendios</u> <u>principais</u>	<u>Atos não</u> <u>cooperativos</u> <u>receitas/despesas</u> <u>auxiliares</u>
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>10.621.479,87</b>	<b>7.585.291,69</b>
(+/-) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	1.955.081,29	1.273.720,34
Reversão FATES	1.955.081,29	1.273.720,34
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>12.586.561,16</b>	<b>8.859.012,03</b>
Destinação Fundo de Reserva	(1.006.954,01)	-
Destinação FATES	(503.477,01)	(11.370.033,09)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>11.070.130,15</b>	<b>(2.511.021,06)</b>
		-
		<b>8.559.109,09</b>
		<b>5.443.282,30</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

VITOR EDUARDO HELLMANN  
CONTADOR  
CRC/SC 033863/O-6

  
VITOR EDUARDO HELLMANN  
CONTADOR  
CPF 596.236.400-72  
Atuário - MIBA 1277

  
ALEXANDRE JOSÉ FERREIRA  
DIRETOR PRESIDENTE  
CPF 485.003.809-34

**Unimed Blumenau Cooperativa de Trabalho Médico**  
**CNPJ – 82.624.776/0001-47**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.**

**1. Contexto operacional**

A Unimed Blumenau é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social à congregação dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País e regulada ainda pela Lei nº 9.856/00 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, com registro sob nº 33.456-1. A sociedade conta com 967 associados, hospital próprio, pronto atendimento 24h, centro de diagnóstico por imagem, laboratório, centro de promoção e atenção à saúde, 2 agências de saúde, SOS, serviço de atenção domiciliar, 77 serviços credenciados (hospitais, clínicas e laboratórios), além de participar da rede de atendimento do Sistema Unimed Nacional. Sua área de ação abrange os municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Gaspar, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó e Blumenau, onde está localizada sua sede administrativa.

A cooperativa atua na comercialização de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de planos com preço preestabelecido e pós-estabelecido, a serem atendidos pelos médicos associados, rede própria, rede credenciada e no intercâmbio nacional.

**2. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis estão sendo reapresentadas pela Operadora, substituindo a anteriormente apresentada, com o objetivo de contabilizar integralmente as operações de compartilhamento de riscos regulamentadas pela RN 430/2017 ocorridas no exercício de 2018, considerando informações de transações entre Unimeds conforme apurado na Operadora, com base na informação dos Beneficiários informados nos arquivos disponibilizados pela Unimed do Brasil.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a legislação societária (Lei 5.764/71 - Sociedades Cooperativas), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, conforme plano de contas estabelecido pela RN 418 de 26 de dezembro de 2016. A cooperativa também atendeu os quesitos da NBCT 10.21, na formatação das demonstrações financeiras e a publicação está em conformidade com os modelos padronizados no Plano de Contas Padrão da ANS.

A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN nº 290 e alterações de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC nº 03, com a reconciliação do lucro líquido com o caixa líquido obtido das atividades operacionais.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2017, de forma a permitir a comparabilidade.

Trata-se de Demonstrações Financeiras individuais e encontram-se apresentadas em moeda corrente nacional – denominada de Real, tendo sido autorizado sua elaboração pelo presidente da cooperativa em 22/02/2019.

A reabertura das demonstrações contábeis para fins de aplicação da RN nº 430/2017 da ANS relativa ao compartilhamento de riscos entre operadoras de planos de saúde, foi aprovada pela Diretoria Executiva da Cooperativa em 07 de agosto de 2019.

### 3. Principais práticas contábeis

#### a) Regime de escrituração

A cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

#### b) Reconhecimento de receitas

As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado, e de conformidade com o que estabelece a RN 418/16 da ANS.

#### c) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados ou avisados na totalidade, a Operadora ao final de cada mês, registra os eventos ocorridos e não avisados mediante constituição de Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA.

d) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, avaliação de instrumentos financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos nas contas bancos, contas depósitos e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins.

f) Aplicações Financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescida dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2018 (líquidos do IRRF), seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas. As aplicações financeiras não foram consideradas para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa como Equivalentes de Caixa.

g) Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde e Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento, sendo a contrapartida em: (i) conta de resultado de contraprestações emitidas de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares e (ii) conta de resultado “receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora” no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e as outras Operadoras de Planos Médico-Hospitalares ou Autogestões, com exceção da operação de intercâmbio eventual, que referem-se a operações de atendimento de beneficiários de outras operadoras do sistema Unimed, passando a ser registrados no resultado econômico somente os valores relativos à taxa de administração e diferenças de tabela, sendo que os valores relacionados aos custos pelos atendimentos e o faturamento correspondente foram registrados em contas patrimoniais em cumprimento ao que determina a RN 418/16 da ANS.

A Cooperativa constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do ANEXO da RN 418/16 DIOPE da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos:

- Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;

- Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada;

h) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição.

i) Conta corrente com cooperados

Os créditos com cooperados de curto e longo prazo estão sendo registrados pelos valores deliberados por assembleia dos cooperados e acrescidos de correções, quando aplicável.

j) Investimentos

Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, deduzida de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor quando este for inferior ao valor de mercado.

Os investimentos classificados em mantidos para venda, estão mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

k) Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995, que não é superior ao seu valor justo. A lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96.

As depreciações foram calculadas pelo método linear sobre o valor depreciável dos bens, apuradas com base e estimativa de vida útil limitado ao valor residual dos bens, de conformidade com a NBC TG 27 aprovada pela Resolução CFC 1.177/09.

l) Ativo intangível

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos, aplicativos e licenças de uso dos mesmos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Cooperativa e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

As amortizações foram mensuradas com base na vida útil de uso tecnológico, considerando as manutenções e atualizações, de conformidade com a NBC TG 04 aprovada pela Resolução CFC 1.177/09.

m) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

n) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 393/15 da ANS alterada/acrescida pela Resolução Normativa nº 442/2018, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS 209/09 e alterações posteriores.

o) Empréstimos e financiamentos

São registrados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros proporcionais até o último dia do mês base, conforme mencionado em nota explicativa específica de empréstimos e financiamentos.

p) Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de atos não cooperativos, conforme mencionado em nota explicativa específica de Imposto de Renda e Contribuição Social.

q) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

r) Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes: são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais e é provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.

Obrigações legais: são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a constitucionalidade e a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

s) Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de Imposto de Renda e Contribuição Social.

t) Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de planos de saúde, a cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da cooperativa acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

u) Aplicação das Normas Contábeis

A Cooperativa vem adotando as normas internacionais de contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo Conselho Federal de Contabilidade, com exceção da NBCTG 11 de seguros e da ITG-10 do imobilizado do qual não foram

aprovados pela Agencia Nacional de Saúde Suplementar – ANS, portanto, não adotadas pelas operadoras de planos de saúde. As demais normas internacionais de contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e Conselho Federal de Contabilidade são aplicáveis às demonstrações contábeis da Cooperativa no que não contrariarem a RN nº 290/2012 e suas alterações, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

v) Adoção RN 430/2017 - Compartilhamento da gestão de riscos

A ANS através da RN 430/2017 definiu as respectivas operações e os tratamentos contábeis das operações de corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários do intercâmbio.

Unimed como Prestadora (Operação com corresponsabilidade assumida)

Quando ocorre o atendimento de beneficiários de outra operadora os custos realizados pelo recurso próprio ou pela rede credenciada são registrados como eventos indenizáveis e as faturas emitidas são contabilizadas como contraprestações emitidas de assistência à saúde conforme plano de contas da ANS.

Unimed como Operadora de origem do beneficiário (Operação com corresponsabilidade transferida)

Os custos dos procedimentos realizados por beneficiários da Unimed Blumenau em outras operadoras, de forma habitual, passaram a ser contabilizados na conta redutora da receita denominada contraprestações emitidas de assistência à saúde.

O sistema Unimed definiu o manual do intercâmbio como instrumento jurídico necessário para realização das operações de corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários, sendo este constituído e adequado para definir estas operações em Agosto de 2018 passando a ser aplicável em Setembro de 2018, destacando as ferramentas e informações necessárias para o aviso entre Unimeds das Operações de Corresponsabilidade pela gestão de riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários em âmbito nacional.

Conforme requerido pela RN nº 430 de 07 de dezembro de 2017, a cooperativa iniciou a adoção da nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde. Durante o ano de 2018, a operadora participou de diversas reuniões do sistema Unimed e com o fornecedor do seu sistema de gestão sobre formas de superar a complexidade de operacionalizar as regras para atendimento da norma. Diante das dificuldades encontradas, a operadora encerrou o exercício de 2018 com as informações disponíveis no sistema de gestão, registrando parcialmente as operações de compartilhamento de risco.

Posteriormente ao encerramento e publicação das demonstrações financeiras, os registros contábeis do compartilhamento de risco do exercício de 2018 foram integralmente realizados no mês de dezembro de 2018 e foram contabilizados conforme relatórios fornecidos pela Unimed do Brasil extraídos das movimentações dos arquivos entre as Unimeds (PTU) relativos às operações de intercâmbio.

Estes relatórios possibilitaram a identificação dos beneficiários para posterior levantamento interno através do sistema de gestão dos valores das operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual entre as Unimeds Origem e Executora, conforme regras previstas no Manual de Intercâmbio Nacional, restando possível a alteração na forma de contabilização dessas operações e o atendimento da norma.

As demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas, substituindo a anteriormente apresentada, com o objetivo de atender integralmente as operações regulamentada pela RN 430/2017 ocorridas no exercício de 2018.

Os saldos contábeis referentes a 31/12/2017 estão sendo apresentados sem os efeitos da RN 430/2017.

Os efeitos e a movimentação das reclassificações nas contas patrimoniais e de resultado estão apresentados nos quadros a seguir:

Contas Balanço Patrimonial	2018		
	Reapresentado	Efeito RN 430	Apresentado
<b>Ativo Circulante</b>			
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	16.925.949,06	4.317.419,59	12.608.529,47
Créditos de oper. assist. à saúde não relac. c/ planos de saúde da operadora	3.572.656,16	(4.317.419,59)	7.890.075,75
<b>Passivo Circulante</b>			
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	37.784.642,43	6.367.610,03	31.417.032,40
Débitos de operações de assistência à saúde	2.000.232,30	1.544.701,08	455.531,22
Débitos com oper. assist. à saúde não relac. c/ planos de saúde da operadora	5.227.516,80	(7.912.311,11)	13.139.827,91
Tributos e encargos sociais a recolher	6.749.439,85	(424.449,33)	7.173.889,18
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Reservas de Sobras	30.497.584,09	(13.881,36)	30.511.465,45
Sobras Acumuladas	8.559.109,09	438.330,69	8.120.778,40

Contas de Resultado do Exercício	2018		
	Reapresentado	Efeito RN 430	Apresentado
Contraprestações líquidas	440.385.042,76	60.609.176,18	379.775.866,58
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(5.344.041,18)	254.640,64	(5.598.681,82)
Eventos conhecidos ou avisados	(380.445.048,24)	(60.609.176,18)	(319.835.872,06)
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	9.275.558,84	(8.332.790,70)	17.608.349,54
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(1.698.874,45)	132.834,14	(1.831.708,59)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. c/ planos de saúde da operadora	(14.259.627,31)	8.332.790,70	(22.592.418,01)
IRPJ / CSLL	(3.875.142,83)	36.974,55	(3.912.117,38)
Resultado Líquido	18.074.685,55	424.449,33	17.650.236,22

#### 4. Disponível

Compõe a conta de caixa e depósitos bancários os valores conforme quadro abaixo:

Disponível	2018	2017
Fundo fixo	5.500,00	5.500,00
Caixa em espécie	12.563,05	9.967,79
Bancos conta movimento	4.305.771,81	1.135.262,17
<b>Total</b>	<b>4.323.834,86</b>	<b>1.150.729,96</b>

#### 5. Aplicações financeiras

##### a) Aplicações garantidoras de provisões técnicas

As aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas possuem restrição quanto sua movimentação, seguindo normas definidas pela ANS. Estas aplicações garantidoras de provisões técnicas estão distribuídas em fundos dedicados ao mercado de saúde suplementar conforme quadro abaixo:

Aplicações Vinculadas	2018	2017
Bancoob	35.642.238,43	33.774.558,88
Santander	660.007,38	628.249,53
Bradesco	106,28	101,17
<b>Total</b>	<b>36.302.352,09</b>	<b>34.402.909,58</b>

##### b) Aplicações livres

As aplicações livres possuem liquidez imediata, geralmente investidas em operações compromissadas ou fundos de renda fixa e estão divididas entre as seguintes instituições financeiras conforme quadro abaixo:

Aplicações Livres	2018	2017
Unicred	26.404.104,08	10.027.749,15
Santander	7.831.338,53	7.194.662,59
Safra	4.637.653,69	1.005.139,85
Itaú	1.317.369,41	1.000.427,61
Caixa Econômica Federal	1.308.901,95	56.874,22
Maxicrédito	1.006.596,11	6.203,73
Bradesco	1.338.267,27	3.422,27
Banco do Brasil	1.307.695,66	696,35
Viacredi	1.220.398,49	-
Multicredi	1.034.771,27	-
<b>Total</b>	<b>47.407.096,46</b>	<b>19.295.175,77</b>

## 6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

A composição dos créditos de operações com planos de assistência à saúde está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Créditos de operações com planos de assistência à saúde	2018	2017
<b>Contraprestações pecuniárias</b>	<b>3.724.429,53</b>	<b>3.820.694,17</b>
Contraprestação a receber Pessoa Física	3.352.795,43	3.012.515,32
Contraprestação a receber Pessoa Jurídica	5.250.901,51	5.419.533,07
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(4.879.267,41)	(4.611.354,22)
<b>Participação dos beneficiários em eventos indenizados</b>	<b>7.641.506,46</b>	<b>7.164.940,87</b>
Coparticipação a receber	1.297.946,00	1.017.654,58
Coparticipação a faturar	7.133.406,15	6.797.482,84
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(789.845,69)	(650.196,55)
<b>Operadoras de planos de assistência à saúde</b>	<b>5.560.013,07</b>	<b>-</b>
Compartilhamento de risco	5.560.013,07	-
(-) Provisão para perdas sobre créditos	-	-
<b>Total de créditos de operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>16.925.949,06</b>	<b>10.985.635,04</b>

A composição por idade de vencimento dos Créditos de operações com planos de assistência à saúde está assim distribuída:

Descrição	Contraprestação pecuniária		Participação dos beneficiários em eventos indenizados		Operadoras de planos de assistência à saúde	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
A vencer:	1.467.240,12	1.109.112,06	7.306.635,17	6.931.357,71	5.560.013,07	-
	<b>1.467.240,12</b>	<b>1.109.112,06</b>	<b>7.306.635,17</b>	<b>6.931.357,71</b>	<b>5.560.013,07</b>	-
Vencidas:						
Até 30 dias	1.976.429,34	1.854.258,16	300.055,91	217.923,38	-	-
De 31 a 60 dias	341.881,69	624.062,95	56.370,60	42.400,57	-	-
De 61 a 90 dias	100.501,78	486.089,33	30.760,23	26.725,26	-	-
Acima de 90 dias	4.717.644,01	4.358.525,89	737.530,24	596.730,50	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>7.136.456,82</b>	<b>7.322.936,33</b>	<b>1.124.716,98</b>	<b>883.779,71</b>	-	-
(-) PPSC	(4.879.267,41)	(4.611.354,22)	(789.845,69)	(650.196,55)	-	-
<b>Saldo</b>	<b>3.724.429,53</b>	<b>3.820.694,17</b>	<b>7.641.506,46</b>	<b>7.164.940,87</b>	<b>5.560.013,07</b>	-

## 7. Créditos de operações com planos de assistência a saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

A composição dos créditos de operações com planos de assistência a saúde não relacionados com planos de saúde da operadora está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Créditos de operações com planos de assistência a saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	2018	2017
Intercâmbio a receber – Atendimento Eventual (a)	3.608.349,69	10.960.963,19
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(50.000,00)	(206.175,54)
Outros créditos operacionais de prest. de serv. médico-hospitalar (b)	164.880,61	261.512,99
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(150.574,14)	(150.434,69)
<b>Total</b>	<b>3.572.656,16</b>	<b>10.865.865,95</b>

- a) Refere-se a valores a receber referente a créditos com outras operadoras (Intercâmbio eventual), referente a prestação de serviços à saúde;
- b) Refere-se a valores a receber de serviços médicos e hospitalares, exames de análises clínicas e diagnósticos em geral prestados a particulares e outros convênios nos recursos próprios da cooperativa.

A composição por idade de vencimento dos Créditos de operações com planos de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora está assim distribuída:

Descrição	Créditos	
	2018	2017
A vencer:		
Vencidos até 30 dias	45.311,49	120.631,79
Vencidos de 31 a 60 dias	4.073,50	3.592,99
Vencidos de 61 a 90 dias	5.677,06	1.600,47
Vencidos a mais de 90 dias	134.013,01	191.379,09
<b>Sub-total</b>	<b>3.773.230,30</b>	<b>11.222.476,18</b>
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(200.574,14)	(356.610,23)
<b>Total</b>	<b>3.572.656,16</b>	<b>10.865.865,95</b>

## 8. Créditos tributários e previdenciários

A composição dos créditos tributários e previdenciários em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

Créditos tributários e previdenciários	2018	2017
IRRF a Recuperar	1.224.892,78	1.046.200,97
IRPJ a Recuperar	181.821,73	699.030,46
CSLL a Recuperar	-	185.475,14
INSS a Recuperar (a)	3.096.301,76	2.898.928,80
ISS a Recuperar	305.902,73	35.014,20
CSRF a Recuperar	1.170.158,23	1.141.158,85
IOF a Recuperar	92,73	7.258,09
<b>Total</b>	<b>5.979.169,96</b>	<b>6.013.066,51</b>
Curto Prazo	2.882.868,20	6.013.066,51
Longo Prazo	3.096.301,76	-
<b>Total</b>	<b>5.979.169,96</b>	<b>6.013.066,51</b>

- a) Refere-se a valores pagos indevidamente em virtude da consolidação de modalidade de parcelamento da reabertura da Lei 11.941/2009 de saldo remanescente do programa PAES.

## 9. Bens e títulos a receber

A composição dos bens e títulos a receber está assim distribuída:

Bens e títulos a receber	2018	2017
Adiantamento a Prestadores (a)	3.855.795,77	7.651.897,05
Estoques (b)	2.455.123,33	2.148.212,19
Adiantamento a Fornecedores (c)	346.712,84	155.119,26
Contestações a Receber (d)	-	457.472,08
Adiantamento a Funcionários	285.808,09	384.532,23
Empréstimos	750.000,00	160.000,00
Títulos a Receber	372.748,28	296.753,20
Outros Valores e Bens	294.279,46	354.721,84
<b>Total</b>	<b>8.360.467,77</b>	<b>11.608.707,85</b>

- a) Valores adiantados aos hospitais credenciados referente a contratos de prestação de serviços, no qual a cooperativa adianta valores fixos mensais e após 12 meses, apura a diferença entre os valores adiantados e o custo efetivo. Mensalmente são apurados os valores a serem pagos aquelas entidades, aplicando-se os respectivos decréscimos ou acréscimos;
- b) Estoques de materiais hospitalares, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais para consumo nos recursos próprios;
- c) Valores pagos aos fornecedores de materiais hospitalares, medicamentos, órteses e próteses de alto custo para intervenções cirúrgicas na rede credenciada;
- d) Valores contestados referente a glosas recebidas na operação de intercâmbio eventual por outras operadoras.

#### 10. Ativo não circulante - Realizável a longo prazo

Conta corrente com cooperados

Conta corrente com cooperados	2018	2017
Contingências – IN 20 ANS	22.708.352,03	22.978.908,70
<b>Total</b>	<b>22.708.352,03</b>	<b>22.978.908,70</b>

Referem-se a créditos decorrentes de perdas originadas no reconhecimento de tributos (PIS, COFINS e ISS) de períodos anteriores a 2008, que foram contabilizados de acordo com a IN 20/08 da ANS, que autoriza as operadoras de planos de saúde a transferir para seus cooperados a responsabilidade por tais obrigações legais com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17/12/2008 e ratificada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 24/03/2009 em relação ao rateio de tais perdas para os cooperados.

Abaixo efetuamos segregação por tributo e por exercício de competência das obrigações legais de ordem tributária:

Tributo	Exercício	2018	2017
COFINS - Notificação	2000	5.639.329,51	5.667.311,11
COFINS - Notificação	2001	4.320.020,95	4.338.769,36
COFINS - Notificação	2002	2.522.933,42	2.531.763,36
COFINS - Notificação	2003	3.152.509,76	3.160.797,94
COFINS - Notificação	2004	612.392,73	613.376,35
PIS - Notificação	2000	1.031.113,91	1.036.207,49
PIS - Notificação	2001	936.004,60	940.066,76
PIS - Notificação	2002	544.303,83	546.209,66
PIS - Notificação	2003	551.888,89	681.254,92
PIS - Notificação	2004	-	132.898,21

ISS - Notificação	2000	1.093.044,00	1.074.918,21
ISS - Notificação	2001	638.964,65	627.432,67
ISS - Notificação	2002	530.470,67	520.065,87
ISS - Notificação	2003	462.418,22	452.559,26
ISS - Notificação	2004	173.205,17	169.202,81
ISS - Notificação	2005	166.597,38	162.418,83
ISS - Notificação	2006	153.328,17	149.149,42
ISS - Notificação	2007	179.826,17	174.506,47
<b>Total</b>		<b>22.708.352,03</b>	<b>22.978.908,70</b>

## 11. Investimentos

Abaixo demonstramos a composição do saldo de investimentos:

<b>Investimentos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Imóveis destinados a renda (a)	8.115.777,53	8.225.777,53
Unimed do Estado de Santa Catarina	2.835.677,00	2.835.677,00
Central Nacional Unimed	548.552,17	497.778,74
Unicred de Blumenau	455.401,10	405.626,03
Unimed Seguros	86.375,17	72.894,23
Coop. Central de Serv. Compartilhados	10.000,00	10.000,00
Maxicrédito	2.632,27	2.575,48
FESC – Gestão e Consultoria Ltda	1.000,00	1.000,00
Multicredi	1.037,81	600,00
Viacredi	241,04	-
<b>Total</b>	<b>12.056.694,09</b>	<b>12.051.929,01</b>

Todos os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição.

### a) Imóveis destinados a renda

Durante o exercício de 2017, reclassificamos contabilmente a partir do grupo do imobilizado, os imóveis localizados na cidade Timbó decorrente de operação descontinuada de um hospital, que a administração decidiu por encerrar as atividades. Estes imóveis estão mantidos para venda ou aluguel conforme estabelecido no CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.

## 12. Imobilizado

### a) Quadro resumo

Contas contábeis	Taxa média	2018			2017
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido
Terrenos		2.397.675,82	-	2.397.675,82	2.397.675,83
Edifícios	2,27%	7.890.388,88	(2.737.047,47)	5.153.341,41	5.353.132,80
Instalações	9,09%	5.673.521,56	(4.970.936,11)	702.585,45	673.484,82
Máquinas e equipamentos	9,09%	10.153.264,68	(6.849.601,81)	3.303.662,87	3.499.327,19
Equipamentos de informática	9,09%	5.658.726,01	(2.875.156,09)	2.783.569,92	2.513.382,46
Móveis e utensílios	9,09%	4.008.191,66	(2.928.641,59)	1.079.550,07	798.569,97
Veículos	9,09%	2.246.214,82	(723.170,80)	1.523.044,02	1.684.785,22
Imobilizações em curso	-	17.323.731,69	-	17.323.731,69	17.247.155,46
Outras imobilizações	9,09%	852.027,62	(444.640,53)	407.387,09	534.021,49
<b>Total</b>		<b>56.203.742,74</b>	<b>(21.529.194,40)</b>	<b>34.674.548,34</b>	<b>34.701.535,24</b>

Todos os imobilizados estão avaliados pelo custo de aquisição, subtraídos pela depreciação acumulada, que é superior ao valor justo destes ativos.

No exercício de 2010, a cooperativa passou a adotar a vida econômica dos bens para a taxa da depreciação, de acordo com a vida útil dos bens definidos por especialistas, mudando a estimativa anterior de vida útil econômica que seguia as taxas fiscais.

Em 2018, a cooperativa efetuou a revisão anual da vida econômica dos bens com o objetivo de certificar que a depreciação registrada está de acordo com a política de utilização de ativos adotada pela entidade.

#### b) Quadro de resumo das movimentações de 2018

Contas contábeis	2017		2018			
	Valor contábil líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências - (*)	Valor contábil líquido
Terrenos	2.397.675,83	-	(0,01)	-	-	2.397.675,82
Edifícios	5.353.132,80	0,33		(199.791,72)	-	5.153.341,41
Instalações	673.484,82	217.308,76		(188.208,13)	-	702.585,45
Máquinas e equip.	3.499.327,19	494.778,64	(1.334,65)	(687.581,72)	(1.526,59)	3.303.662,87
Equip. de informática	2.513.382,46	658.316,66	(288.305,82)	(100.443,43)	620,05	2.783.569,92
Móveis e utensílios	798.569,97	502.802,13	(10.113,74)	(212.614,83)	906,54	1.079.550,07
Veículos	1.684.785,22	347.262,45	(761.786,78)	252.783,13	-	1.523.044,02
Imobilizações em curso	17.247.155,46	76.576,23	-	-	-	17.323.731,69
Outras imobilizações	534.021,49	823.303,12	(823.303,13)	(126.634,39)	-	407.387,09
<b>Total</b>	<b>34.701.535,24</b>	<b>3.120.348,32</b>	<b>(1.884.844,13)</b>	<b>(1.262.491,09)</b>	<b>-</b>	<b>34.674.548,34</b>

#### c) Recuperabilidade dos ativos

Conforme previsto no CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, a Cooperativa efetuou uma análise da possibilidade de desvalorização do ativo imobilizado com uma estimativa dos valores recuperáveis, levando-se em consideração a metodologia do fluxo de caixa descontado.

Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

#### d) Imobilizações em curso – Hospital Geral Unimed

Com a obra suspensa desde agosto de 2016 em virtude da busca pelo reequilíbrio econômico-financeiro – agora alcançado, a Administração instituiu um grupo interno de

estudo da utilização da torre até o momento erguida, sugerindo os procedimentos a serem realizados para sua ocupação bem como um cronograma com a evolução da obra. Esta proposta será encaminhada para apreciação do Conselho de Administração até maio de 2019.

### 13. Intangível

#### a) Quadro resumo

Contas contábeis	Taxa média	2018			2017
		Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido
Softwares	20%	4.522.409,86	(3.141.957,74)	1.380.452,12	1.777.855,07
<b>Total</b>		<b>4.522.409,86</b>	<b>(3.141.957,74)</b>	<b>1.380.452,12</b>	<b>1.777.855,07</b>

#### b) Quadro de resumo das movimentações de 2018

Contas contábeis	2017	2018				
		Valor contábil líquido	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências
Softwares	1.777.855,07	98.595,44	(1.294,49)	(494.703,90)	-	1.380.452,12
<b>Total</b>	<b>1.777.855,07</b>	<b>98.595,44</b>	<b>(1.294,49)</b>	<b>(494.703,90)</b>	<b>-</b>	<b>1.380.452,12</b>

#### c) Recuperabilidade dos ativos

Conforme previsto no CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, a Cooperativa efetuou uma análise da possibilidade de desvalorização do ativo intangível com uma estimativa dos valores recuperáveis, levando-se em consideração a metodologia do fluxo de caixa descontado.

Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

### 14. Provisões técnicas e garantias financeiras

#### a) Patrimônio Mínimo Ajustado

O Patrimônio Mínimo Ajustado – PMA representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido da operadora ajustado por efeitos econômicos na forma da regulamentação do disposto no inciso I do artigo 22 da RN 209/2009, calculado a partir da multiplicação de um fator variável “K”, obtido no anexo I da mesma RN, pelo capital base de R\$ 8.503.232,69 (R\$ 8.145.639,13 em 2017), reajustado pelo IPCA em julho de cada ano.

O fator “K” é composto pelo segmento da operadora – Cooperativa Médica – SSP, e sua região de comercialização – 5. Com essas características, de acordo com o anexo I da RN 209/2009, o fator “K” é de 4,76%.

O Patrimônio Líquido Ajustado da Unimed Blumenau em 31 de dezembro de 2018 excede o valor do Patrimônio Mínimo Ajustado que é de R\$ 89.665.835,30.

b) Margem de solvência

Regulamentada pelo art. 6º da RN 209/2009 e RN 313/2012 da ANS, corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ajustado por efeitos econômicos, conforme disposto no inciso I do artigo 22 da mesma RN, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

I – 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido; ou

II – 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 (trinta e seis) meses da soma de 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido.

O prazo máximo permitido para adequação da Margem de Solvência foi redefinido pela RN 313/2012, passando a ser 31 de dezembro de 2022, sendo que em 31 de dezembro de 2018 é obrigatório, no mínimo, 70,52% do montante exigido, cujo montante é de R\$ 70.642.457,15.

A cooperativa possui em 31 de dezembro de 2018 um Patrimônio Líquido Ajustado pelos efeitos da IN 050/2012 de R\$ 89.665.835,30, enquanto que a Margem de Solvência total é de R\$ 100.173.648,83 (R\$ 91.387.975,10 em 2017), atingindo 89,51% da sua exigibilidade.

c) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentado pelo art. 8 da RN 393/2015 da ANS, representa os eventos ocorridos e não avisados da operadora, cujo valor deve ser baseado em cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS para as operadoras de grande porte.

A cooperativa aprovou metodologia própria para provisão da PEONA, desenvolvida pelo atuário responsável pela Operadora, conforme Ofício 841/2015/GGAME(COATU)/DIOPE/ANS, processo 33902.089555/2009-24 em 04/05/2015.

O montante total deste cálculo indicado pelo atuário perfaz R\$ 16.217.741,00 (R\$ 18.438.938,00 em 2017), estando constituída na totalidade exigida pela ANS.

d) Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores

Conforme a RN 390/15 esta provisão deve ser constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida, observados os seguintes critérios:

I – o registro contábil deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão ou da análise preliminar das despesas médicas; e

II – a identificação da ocorrência da despesa médica será entendida como qualquer tipo de comunicação estabelecida entre o prestador ou beneficiário e a própria operadora, ou terceiro que preste serviço de intermediação de recebimento de contas médicas à operadora.

Quadro demonstrativo de valores em 31 de dezembro de 2018:

<b>Provisão de eventos a liquidar</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Prestadores – Cooperados	12.846.793,62	6.157.495,52
Prestadores – Credenciados	5.805.991,88	3.566.378,55
Reembolso	14.374,56	13.195,39
Intercâmbio a pagar	403.224,66	2.191.313,27
Ressarcimento ao SUS	2.537.976,51	2.260.208,89
<b>Total</b>	<b>21.608.361,23</b>	<b>14.188.591,62</b>
Provisão de eventos a liquidar – SUS	2.496.516,71	2.220.486,63
Provisão de eventos a liquidar – Outros (curto prazo)	19.070.384,72	11.928.382,73
Provisão de eventos a liquidar – Outros (longo prazo)	41.459,80	39.722,26
<b>Total</b>	<b>21.608.361,23</b>	<b>14.188.591,62</b>

Abaixo efetuamos a abertura da conta por idade de vencimento:

<b>Provisão de eventos a liquidar</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
A vencer	21.559.073,94	13.914.415,52
Vencidos até 30 dias	49.081,98	272.671,78
Vencidos de 31 até 60 dias	-	-
Vencidos de 61 até 90 dias	-	-
Vencidos a mais de 91 dias	205,31	1.504,32
<b>Total</b>	<b>21.608.361,23</b>	<b>14.188.591,62</b>

e) Ativos garantidores das provisões técnicas

São títulos, valores mobiliários e/ou imóveis registrados no ativo da cooperativa, com o objetivo de garantir o total das provisões técnicas, ou seja, todas as operadoras deverão ter ativos garantidores para lastrear as provisões técnicas exigidas, sendo que é dispensada a garantia da totalidade dos eventos com o SUS, conforme disposto na RN 375/2015.

O valor de exigência mínima de ativos garantidores pela ANS, em 31 de dezembro 2018 é de R\$ 31.679.641,93, sendo que o montante dos ativos garantidores através de aplicações financeiras é de R\$ 36.302.352,09, apresentando suficiência de garantias no valor de R\$ 4.622.710,16.

Abaixo demonstramos a composição das provisões técnicas e as garantias financeiras constituídas:

Contas	2018
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	16.217.741,00
Eventos a Liquidar conhecidos a mais de 30 dias	6.513.844,21
Eventos a Liquidar conhecidos até 30 dias - Total	15.053.057,22
( - ) Eventos a Liq. Conhecidos até 30 dias – Corresp. Assumida	(4.367.785,16)
( - ) Eventos SUS conforme RN 375/2015	(1.737.215,34)
<b>Total de necessidade de garantias</b>	<b>31.679.641,93</b>
Aplicações financeiras vinculadas	36.302.352,09
<b>Suficiência de ativos garantidores</b>	<b>4.622.710,16</b>

## 15. Débitos de operações de assistência a saúde não relacionados com planos de assistência à saúde

Rúbrica	2018	2017
Prestadores de serviços de assistência a saúde	5.227.516,80	12.941.642,89
<b>Total</b>	<b>5.227.516,80</b>	<b>12.941.642,89</b>

Referem-se a valores a pagar a médicos, hospitais, clínicas e laboratórios decorrentes de atendimentos de usuários de planos de saúde de outras operadoras e de valores contestados de glosas realizadas de outras operadoras.

## 16. Tributos e contribuições a recolher

a) Quadro resumo em 31 de dezembro de 2018:

Tributos e Contribuições a Recolher	2018	2017
IRRF a recolher	2.431.866,29	2.155.016,06
INSS a recolher	1.072.375,27	1.102.935,37
CSRF a recolher	1.559.588,79	1.487.866,72
FGTS a recolher	217.978,17	211.888,26
ISS a recolher	573.051,32	789.732,65
COFINS a recolher	312.546,91	457.276,25
PIS a recolher	50.788,87	74.307,39
IRPJ a recolher	242.989,80	-
CSLL a recolher	288.070,53	-
Contribuição sindical a recolher	183,90	337,15
<b>Total</b>	<b>6.749.439,85</b>	<b>6.279.359,85</b>
Tributos e cont. a recolher (curto prazo)	6.749.439,85	6.279.359,85
Tributos e cont. a recolher (longo prazo)	-	-
<b>Total</b>	<b>6.749.439,85</b>	<b>6.279.359,85</b>

## 17. Empréstimos e financiamentos

Referem-se a empréstimos e financiamentos obtidos junto a instituições financeiras para a aquisição de ativo imobilizado e capital de giro, vencíveis mensalmente. Demonstramos abaixo, as principais informações de cada contrato:

Instituição financeira	Ínicio	Vencimento	Finalidade	2018	2017
Banco Santander	09/2016	09/2020	Capital de giro	3.829.367,25	5.562.363,16
Banco Santander	09/2017	09/2022	Ativo imobilizado	521.031,50	621.687,94
Unicred Blumenau	06/2017	06/2022	Capital de giro	3.091.017,75	3.869.019,73
Daycoval Leasing	08/2016	08/2019	Ativo imobilizado	-	432.575,35
HP Financial	09/2016	09/2019	Ativo imobilizado	-	458.371,49
Banco Aymoré	09/2017	06/2018	Ativo imobilizado	-	315.000,00
<b>Total</b>				<b>7.441.416,50</b>	<b>11.259.017,67</b>
Empréstimos e financiamentos de curto prazo				3.110.835,43	3.778.416,85
Empréstimos e financiamentos de longo prazo				4.330.581,07	7.480.600,82
<b>Total</b>				<b>7.441.416,50</b>	<b>11.259.017,67</b>

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela alienação dos bens financiados ou por operações compromissadas envolvendo o faturamento de contraprestações pecuniárias.

## 18. Débitos diversos

Abaixo efetuamos detalhamento dos valores em 31 de dezembro de 2018:

Débitos diversos	2018	2017
Férias a pagar	3.030.691,41	3.002.846,49
Fornecedores a pagar	3.302.531,58	3.168.913,14
Salários a pagar	1.987.350,86	1.801.866,70
Participação nos Resultados	3.351.428,22	781.831,66
Capital a restituir	715.985,88	1.576.700,49
Outros débitos a pagar	120.891,09	150.037,45
<b>Total</b>	<b>12.508.879,04</b>	<b>10.482.195,93</b>
Débitos diversos de curto prazo	12.379.257,29	10.099.191,12
Débitos diversos de longo prazo	129.621,75	383.004,81
<b>Total</b>	<b>12.508.879,04</b>	<b>10.482.195,93</b>

## 19. Provisões para ações judiciais

Abaixo efetuamos quadro de resumo dos saldos em 31 de dezembro de 2018:

Provisões para ações judiciais	2018	2017
Provisões para ações judiciais – a)	4.850.981,55	2.817.312,96
Provisões para ações cíveis – b)	5.650.000,00	4.772.100,00
<b>Total</b>	<b>10.500.981,55</b>	<b>7.589.412,96</b>

Abaixo efetuamos quadro de resumo das movimentações de 2018.

Contas contábeis	2017	Adições		Baixas		2018
		Provisões	Atualizações	Pagamentos	Reversões	
Prov. para ações judiciais – a)	2.817.312,96	2.804.680,03	239.158,15	-	(1.010.169,59)	4.850.981,55
Prov. para ações cíveis – b)	4.772.100,00	1.373.641,93	-	(495.741,93)	-	5.650.000,00
Total	7.589.412,96	4.178.321,96	239.158,15	(495.741,93)	(1.010.169,59)	10.500.981,55

a) Provisão para ações judiciais

### ISS

Foi realizada provisão de ISS para os municípios da área de abrangência onde não há o recolhimento do imposto, relativo ao valor original, mais multa de 50% e juros SELIC para os anos de 2008 a 2018, a qual está registrada no passivo não circulante em R\$ 2.066.052,30 em 31 de dezembro de 2018 (2.111.164,34 em 2017).

Em decorrência da Lei Complementar nº 157 de 29/12/2016 que alterou a incidência tributária do ISS das atividades de planos de saúde, a cooperativa passou a provisionar a partir do ano-calendário todo o imposto devido, a qual está registrada no passivo não circulante em R\$ 2.688.435,65. Para fazer frente a este valor, foi efetuado depósito judicial na CEF no valor de R\$ 2.304.751,31, classificado no Ativo Realizável a Longo Prazo no grupo de Depósitos Judiciais e Fiscais.

### ICMS

Refere-se a mandado de segurança com liminar deferida em favor da cooperativa para excluir da base de cálculo do ICMS as tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) nas faturas de energia elétrica. Por se tratar de liminar, a cooperativa vem provisionando tais valores que totalizam em 31/12/2018 o montante de R\$ 96.493,60.

b) Provisões para ações cíveis, tributárias e trabalhistas

As ações cíveis e trabalhistas que envolvem a cooperativa, e que são consideradas pela assessoria jurídica de possível ou provável perda, estão resumidas no quadro abaixo:

Vara	Probabilidade de perda	Valor estimado
Cível	Provável	5.645.729,35
Cível	Possível	15.284.799,44
Tributário	Possível	17.709.277,67
Trabalhista	Possível	445.289,22

Para estas ações a cooperativa realizou provisão para ações cíveis, a qual representa, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 5.650.000,00 (R\$ 4.772.100,00 em 2017).

## ISS (MPSC)

Refere-se a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Santa Catarina que pleiteia a condenação da cooperativa ao pagamento de ISS que deixou de recolher em favor do Município de Blumenau por conta de benefício fiscal concedido por meio da Lei Complementar nº 407 de 2003 que diz ser inconstitucional. Tal lei determina o fato gerador, a base de cálculo e demais assuntos inerentes a apuração do referido imposto pela cooperativa, sendo que a assessoria jurídica classificou o processo como possível no valor total de R\$ 12.000.000,00

### 20. Tributos e contribuições relacionados a IN 20

Abaixo efetuamos quadro de resumo dos saldos em 31 de dezembro de 2018:

Contas contábeis	2018	2017
PIS e COFINS notificação fiscal – a)	20.322.044,21	20.255.493,15
ISS notificação fiscal – b)	3.575.845,07	3.433.106,62
<b>Total</b>	<b>23.897.889,28</b>	<b>23.688.599,77</b>

Abaixo efetuamos quadro de resumo das movimentações de 2018.

Contas contábeis	2017	Adições		Baixas		2018
		Provisões	Atualizações	Pagamentos	Reversões	
PIS e COFINS notificação	20.255.493,15	-	337.107,73	(49.602,17)	(220.954,50)	20.322.044,21
ISS notificação	3.433.106,62	-	142.738,45	-	-	3.575.845,07
<b>Total</b>	<b>23.688.599,77</b>	-	<b>479.846,18</b>	<b>(49.602,17)</b>	<b>(220.954,50)</b>	<b>23.897.889,28</b>

#### a) PIS e COFINS notificação fiscal

A cooperativa sofreu autuações por parte da Delegacia Regional da Receita Federal, em relação à insuficiência de recolhimentos de PIS e COFINS do período de janeiro de 2000 a dezembro de 2003 que atualizadas perfazem o montante de R\$ 69 milhões, onde foram consideradas como base de cálculo a receita total da cooperativa sem considerar as deduções dos eventos indenizáveis. A Unimed Blumenau defendeu-se administrativamente no CARF, sendo que as notificações foram mantidas e agora estão sendo discutidas na esfera judicial.

A administração da cooperativa embasada em sua assessoria jurídica entende que estas autuações não devem prosperar em vista da possibilidade da dedução dos eventos permitidas pela Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, que deu interpretação mais específica das deduções permitidas na base de cálculo das Operadoras de Planos de Saúde. Nesta Lei resta claro que será permitida a dedução dos custos assistenciais de beneficiários da própria operadora e os beneficiários de outras operadoras atendidos a título de transferência de responsabilidade assumida, o que fortalece a possibilidade de um desfecho favorável para a Cooperativa na presente discussão.

Com base no Relatório de Procedimentos Administrativos Tributários Federais da Assessoria Jurídica que reclassificou o risco de perda de possível para remoto devido às alterações introduzidas na legislação com a publicação da Lei 12.873 de 24/10/2013, a

cooperativa revisou o cálculo da notificação deduzindo da base tributável os eventos indenizáveis para fins de provisão contábil, cujo saldo atualizado com multa de 75% e juros SELIC em 31/12/2018 é de R\$ 20.322.044,21 (R\$ 20.255.493,15 em 2017).

**b) ISS notificação fiscal**

Decorrentes de fiscalizações promovidas pela Prefeitura Municipal de Gaspar foram lavrados Autos de Infração visando a cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as operações da cooperativa no período de janeiro de 2000 à dezembro de 2007. O valor atualizado com multa e juros, até 31 de dezembro de 2018, dessas notificações é de R\$ 3.575.845,07 (R\$ 3.433.106,62 em 2017). Os processos encontram-se em fase de contestação administrativa sob os cuidados da assessoria jurídica.

**21. Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social**

O Capital Social está dividido entre 967 cooperados, sendo que o valor da quota parte é de R\$ 80.000,00. O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 52.130.455,93 (R\$ 41.018.119,49 em 2017).

**b) Reservas de sobras**

As reservas regulamentadas por lei e estatuto da cooperativa podem assim ser identificadas:

**FATES**

Tem a finalidade de prestar amparo aos cooperados e seus familiares bem como aos empregados da cooperativa, além de programar atividades de incremento técnico e educacional dos sócios cooperados. É constituído por, no mínimo 5% (cinco por cento) das sobras apuradas no Balanço anual e pelo resultado de operações com não associados. O saldo desta reserva em 31 de dezembro 2018 é de R\$ 11.892.788,58.

**Fundo de reserva**

Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da cooperativa. É constituído por, no mínimo 10% (dez por cento) das sobras apuradas no Balanço anual. O saldo desta reserva em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 9.640.904,61.

**Reserva de direitos creditórios com cooperados**

Constituída conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, tem a finalidade de custear os valores a pagar de tributos transitados em julgado inscritos na IN 20. O saldo desta reserva em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 8.963.890,90.

## 22. Provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social

### a) Resumo da apuração da Contribuição Social:

Provisões	2018	2017
(=) Lucro antes da CSLL	21.949.828,38	11.077.223,06
(+) Adições (Exclusões)	4.015.983,71	3.658.543,22
(-) Exclusão relativa ao ato cooperativo	(12.864.785,76)	(8.021.171,56)
Base de cálculo	13.101.026,33	6.714.594,72
<b>CSLL – 9%</b>	<b>1.179.092,37</b>	<b>604.313,53</b>

### b) Resumo da apuração do Imposto de Renda:

Provisões	2018	2017
(=) Lucro antes do IRPJ	20.770.736,01	10.472.909,53
(+) Adições (Exclusões)	2.974.251,59	4.262.856,75
(-) Exclusão relativa ao ato cooperativo	(12.864.785,76)	(8.021.171,56)
Base de cálculo	10.880.201,84	6.714.594,72
<b>IRPJ – 15% + adicional de 10%</b>	<b>2.696.050,46</b>	<b>1.654.648,68</b>

A Cooperativa possui ativo fiscal diferido, oriundo de adições temporárias, registrados na Parte B do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, o qual a administração optou por não registrar contabilmente.

### c) Apuração dos atos cooperativos e não cooperativos

Os atos cooperativos principais referem-se às operações exclusivamente com os associados do Sistema Unimed. Os atos cooperativos auxiliares referem-se às operações com meios credenciados, para execução de serviços auxiliares ao trabalho médico cooperado. A cooperativa para fins de apuração de IRPJ e CSLL considera os atos cooperativos auxiliares como atos não cooperativos.

A apuração do resultado dos atos cooperativos e não cooperativos, visa atender o artigo nº 87 da Lei nº 5.764/71 e legislação tributária, onde os resultados dos atos não cooperativos serão levados para a conta do FATES, permitindo ainda a apuração da Contribuição Social e Imposto de Renda.

### d) Critérios de proporcionalidade e segregação dos atos cooperativos e não cooperativos

Sobre a receita de contraprestações emitidas de assistência médico-hospitalar, primeiramente calculou-se a proporcionalidade dos atos cooperativos e não cooperativos sobre os eventuais indenizáveis líquidos, sendo o resultado desta equação aplicado às receitas de contraprestações emitidas de assistência médico-hospitalar.

Sobre as despesas e custos indiretos, primeiramente calculou-se a proporcionalidade dos atos cooperativos e não cooperativos sobre a totalidade das receitas com preço pré-estabelecido e pós-estabelecido, sendo o resultado desta equação aplicado as despesas e custos indiretos.

Algumas receitas e despesas foram apuradas adotando-se critérios diferenciados, sendo a) Receitas e despesas com meios próprios foram diretamente alocadas como ato cooperativo, b) Receitas e despesas financeiras foram apropriadas pela proporcionalidade dos atos cooperativos e não cooperativos da totalidade das receitas com preço pré-estabelecido e pós-estabelecido, porém para fins fiscais a receita de aplicação financeira foi adicionada para compor a base do lucro real, sendo o resultado de suas operações levadas ao FATES.

### **23. Despesas administrativas**

Abaixo efetuamos composição dos saldos em 31 de dezembro de 2018:

<b>Contas contábeis</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Pessoal próprio – a)	25.050.647,73	24.945.823,84
Serviços de terceiros – b)	2.829.574,70	2.501.824,84
Localização e funcionamento – c)	3.465.139,21	3.943.703,01
Publicidade e propaganda	1.694.462,44	1.546.836,02
Tributos	1.315.861,43	1.178.486,83
Multas administrativas	163.552,00	59.631,30
Administrativas diversas	2.515.578,24	2.294.534,37
<b>Total</b>	<b>37.034.815,75</b>	<b>36.470.840,21</b>

- a) Referem-se a honorários dos conselhos administração, diretoria executiva, conselho fiscal, salários e benefícios para colaboradores e encargos sociais sobre a folha de pagamento;
- b) Referem-se a serviços de terceiros relativo a trabalhos advocatícios, auditorias, consultorias, entre outros;
- c) Refere-se a utilização e manutenção das instalações, tais como: energia, água, segurança, aluguéis, limpeza, manutenção, telefone e demais despesas de expediente.

### **24. Resultado financeiro líquido**

Abaixo efetuamos composição dos saldos em 31 de dezembro de 2018:

<b>Contas contábeis</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>6.085.568,11</b>	<b>5.244.687,89</b>
Aplicações financeiras	4.337.600,72	2.878.807,20
Recebimentos em atraso	1.137.612,20	1.127.801,80
Receitas com créditos tributários	275.135,53	725.359,41
Diversas	335.219,66	512.719,48

<b>Despesas financeiras</b>	(7.797.828,70)	(7.736.574,71)
Assistência médica	(149.317,64)	(315.468,79)
Empréstimos e financiamentos	(1.028.231,29)	(1.544.061,51)
Encargos sobre tributos	(790.186,98)	(1.206.809,80)
Juros sobre o capital integralizado – a)	(5.273.818,67)	(4.035.213,73)
Impostos e contribuições	(481.754,79)	(578.593,78)
Diversas	(74.519,33)	(56.427,10)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(1.712.260,59)</b>	<b>(2.491.886,82)</b>

- a) No exercício de 2018 efetuamos remuneração do saldo médio das cotas dos cooperados. A remuneração de 12% sobre o saldo das cotas, foi incorporada ao capital social de forma individualizada a cada cooperado no patrimônio líquido. O índice aplicado foi o máximo permitido na legislação cooperativista, Regulamento do Imposto de Renda e Estatuto Social.

## 25. Precificação dos custos nos serviços próprios

Os critérios de rateio utilizados na rede assistencial própria que opera no mesmo CNPJ da operadora foi o seguinte: Não foi registrada qualquer despesa dos denominados recursos próprios como despesa administrativa, ainda que seja relacionada à água, energia elétrica ou qualquer outro gasto com funcionamento.

As despesas relacionadas aos meios próprios são registradas primeiramente no grupo 7 do plano de contas padrão da ANS e posteriormente reconhecidas como “Eventos Indenizáveis” quando beneficiários da operadora e em “Outras despesas oper. de assist. a saúde não relac. com planos de saúde da operadora” quando não referem-se a beneficiários da operadora, sendo que o critério de precificação para rateio dos custos tem como base uma tabela normalmente praticada com a rede assistencial.

A operadora mantém controle gerencial dos atendimentos aos seus beneficiários onde consta o CPF do beneficiário, o procedimento efetuado, a data e a precificação, de acordo com o preço praticado com os atendimentos de pacientes que não são beneficiários dos planos de saúde comercializados por ela.

## 26. Instrumentos financeiros

- a) Avaliação de instrumentos financeiros

A administração procedeu à análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das disponibilidades, créditos de operações com planos de assistência à saúde e não relacionados com planos de saúde da operadora e os passivos circulantes, principalmente provisão de eventos a liquidar, débitos de operações de assistência a saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações financeiras, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço.

Os empréstimos e financiamentos são atualizados monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, também próximos do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2018, a Unimed não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

#### b) Fatores de risco

A cooperativa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

##### **Risco de crédito**

Advém da possibilidade de a cooperativa não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a cooperativa dá preferência a realizar aplicações em instituições sólidas e com baixo risco de crédito.

##### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a cooperativa honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

##### **Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da cooperativa estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos nos seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a cooperativa adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC) aplicados em diversas instituições financeiras.

##### **Risco operacional**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da cooperativa e de fatores

externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da cooperativa.

O objetivo da cooperativa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da cooperativa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: a) Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; b) Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; c) Cumprimento de exigências regulatórias e legais; d) Documentação de controle e procedimentos; e) Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; f) Exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas; g) Desenvolvimento de planos de contingências; h) Treinamento e desenvolvimento profissional; e i) Padrões éticos e comerciais.

### Risco da gestão da carteira de investimentos

A cooperativa limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

### 27. Cobertura de seguros

A cooperativa adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Itens	Tipo de cobertura	Valor segurado
Complexo administrativo e hospitalar	Patrimonial, Responsabilidade Civil Profissional	30.000.000,00
Veículos	Incêndio, explosão, colisão, roubo e terceiros	18.057.981,00

### 28. Benefícios a empregados

Aos colaboradores são concedidos benefícios como vale refeição ou alimentação, refeitório interno para café da manhã e da tarde com disponibilização de frutas, isenção da mensalidade do plano de saúde com abrangência nacional, vale transporte, seguro de vida em grupo e auxílio-creche, além de programa de participação nos resultados.

## 29. Balanço social

As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações financeiras, mas foram auditadas para fins de obtenção do Selo de Responsabilidade Social.

## 30. Eventos subsequentes

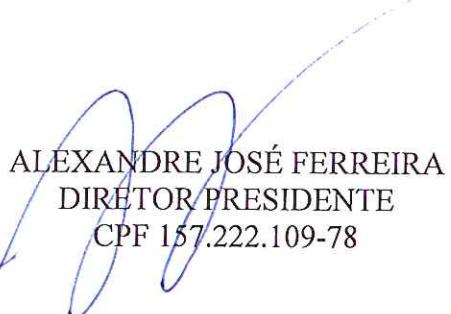
Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações financeiras (22/02/2019), que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.



BALTAZAR LUIS CANELLO  
ATUÁRIO - MÍBA 1277  
CPF 596.236.400-72



VITOR EDUARDO HELLMANN  
CONTADOR  
CRC/SC 033.863/O-6



ALEXANDRE JOSÉ FERREIRA  
DIRETOR PRESIDENTE  
CPF 157.222.109-78



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Cooperados da **UNIMED BLUMENAU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**  
Blumenau - SC

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIMED BLUMENAU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIMED BLUMENAU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 10 a), a Cooperativa decidiu pelo registro contábil das Obrigações Legais anteriores a 2.008, transferindo a responsabilidade das mesmas aos seus sócios, contabilizando no Ativo não circulante no subgrupo de Realizável a Longo Prazo como créditos a receber de cooperados o montante de R\$ 22.708.352,03 conforme a Instrução Normativa nº 20/2008. Para este montante não foi definido prazo para realização, sendo que a Operadora a partir de sobras apuradas em exercícios anteriores constituiu fundo específico vinculado aos créditos da IN 020/08, cujo saldo em 31/12/2018 é de R\$ 8.963.890,90.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 20 a) a Cooperativa registra suas contingências de PIS/COFINS de acordo com a base de cálculo aplicável as operadoras de planos de saúde definida na Lei nº 12.873/2013, legislação esta que deu interpretação mais específica das deduções permitidas na base de cálculo das Operadoras de Planos de Saúde, permitindo a dedução dos custos assistenciais de beneficiários da própria operadora e os beneficiários de outra operadora atendidos a título de transferência de responsabilidade assumida, por este motivo não efetuou o

registro integral da notificação da Receita Federal do Brasil – RFB, caso a Cooperativa não logre êxito nas demandas administrativas e judiciais a sua situação patrimonial e financeira poderá ser afetada em exercícios futuros.

### **Ênfase – Reapresentação das demonstrações contábeis**

Em 22 de fevereiro de 2019 emitimos relatório de auditoria sem modificação de opinião, e com parágrafos de ênfases, entre eles, a adoção parcial da RN nº 430/2017 da ANS, sobre as demonstrações contábeis da **UNIMED BLUMENAU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir o assunto relativo à adoção dos procedimentos da RN nº 430/2017, que determina a forma como devem ser contabilizadas as operações de compartilhamento de gestão de riscos entre operadoras de planos de saúde. Consequentemente, a ênfase relacionada com o referido assunto contida em nossa opinião anteriormente emitida foi alterada e, portanto, passa a ter a seguinte redação:

Conforme divulgado na nota explicativa nº 3 “v”, a Operadora procedeu a alteração da prática contábil para contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, conforme determina a RN nº 430/2017 da ANS. Os valores referentes ao período de janeiro a dezembro/2018 até então não classificados como compartilhamento de risco, foram integralmente contabilizados no mês de dezembro/2018, com base nos critérios mencionados na nota explicativa nº 3 “v”, os quais identificaram as operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimed's de Origem e Executora, refletindo de forma relevante nas contraprestações de planos de saúde e eventos indenizáveis líquidos, sem efeito material no Patrimônio Líquido, sendo que os saldos comparativos de 2017 não foram reapresentados, devido a adoção da norma de forma prospectiva, afetando a comparabilidade das informações.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

### **Outros Assuntos**

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinados por nós que emitimos relatório datado de 19 de fevereiro de 2018, e continha ênfases relativas a: a) Créditos de cooperados permitidos pela IN 20/2008 da ANS decorrente de obrigações legais sem a definição de prazo para realização; b) Registro parcial da notificação da Receita Federal do Brasil – RFB referente a contingências de PIS/COFINS embasados na Lei nº 12.873/2013 que deu interpretação mais específica das deduções permitidas na base de cálculo das Operadoras de Planos de Saúde.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

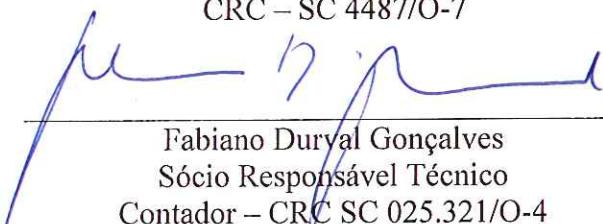


- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau – SC, 20 de setembro de 2.019.

Prospecta Auditores Associados S/S  
CRC – SC 4487/O-7

  
Fabiano Duryal Gonçalves  
Sócio Responsável Técnico  
Contador – CRC SC 025.321/O-4